

A percepção do visitante na cachoeira Veu das Noivas — Parque Estadual do Cunhambebe – RJ

The perception of the visitor in the Veu das Noivas waterfall — Cunhambebe State Park - RJ

La percepción del visitante en la cascada Veu de las Novias — Parque Estadual do Cunhambebe

Hugo Quintanilha Silva Santos¹

Sérgio Domingos de Oliveira²

Fábio Vinícius de Araújo Passos³

Este artigo foi recebido em 18 de AGOSTO de 2018 e aprovado em 23 de JULHO de 2019

Resumo: Os parques são áreas que promovem o uso público de seus espaços, com a intenção de atrair visitantes com diferentes objetivos, na maioria, relacionados com educação, práticas religiosas e lazer. Por meio de um estudo de caso, foi analisado o potencial de uso público da Cachoeira Veu das Noivas, situada no Parque Estadual do Cunhambebe, município de Mangaratiba, estado do Rio de Janeiro. Neste estudo, objetivou-se analisar a percepção do visitante e do gestor sobre o uso público no parque, visando, assim, a coletar informações que pudessem ser analisadas para melhoria da visitação no local. Por meio da análise dos dados, comparando-se a percepção de ambos os atores envolvidos no processo, conclui-se que os pontos positivos do atrativo são a beleza exótica e a limpeza do local. Quanto aos pontos negativos, citam-se a ausência de manejo das trilhas e a falta de sinalização turística na região. Assim, com base na análise de indicadores selecionados na pesquisa, infere-se que o atrativo tem potencial turístico para que sejam desenvolvidas atividades de uso público no parque, sugerindo-se não só possibilidades de melhoria na infraestrutura da cachoeira, mas também a necessidade de investimentos por parte da equipe técnica do Parque Estadual do Cunhambebe.

Palavras-chave: ecoturismo, uso público, unidades de conservação, Parque Estadual do Cunhambebe

Abstract: Parks are areas that promote the public use of their spaces, with the intention of attracting visitors with different objectives, most of them related to education, religious practices and leisure. Through a case study the potential of public use of the Veu das Noivas Cachoeira, located in the State Park of Cunhambebe, municipality of Mangaratiba, state of Rio de Janeiro, was analyzed. This study aimed to analyze the perception of the visitor and the manager about the public use in the Park, in order to collect information that could be analyzed for the improvement of the visitation in the place. By analyzing the data, comparing the perception of both actors involved in the process, it is concluded that the positive points of the attraction are the exotic beauty and cleanliness of the place. As for the negative points, the lack of management of the trails and lack of tourist signs in the region were mentioned. Thus, based on the analysis of selected indicators, the research concluded that the attraction has tourism potential for public use activities in the Park, suggesting not only the possibilities of improvement in the waterfall infrastructure, but also the need for investments by part of the technical team of Cunhambebe State Park.

Key words: ecotourism, public use, conservation unit, Cunhambebe State Park

¹ Informações do autor:

Formação/curso: Graduado em Turismo. **Instituição:** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ, Brasil). **E-mail:** hugoqts@gmail.com

² Informações do autor:

Formação/curso: Doutor em Engenharia de Produção. **Instituição:** Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina– SC, Brasil). **E-mail:** sedoliveira@gmail.com

³ Informações do autor:

Formação/curso: Mestre em Administração. **Instituição:** Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, Duque de Caxias – RJ. **E-mail:** fabioturis@gmail.com

Resumen: Los Parques son áreas que promueven el uso público de sus espacios, con la intención de atraer visitantes con diferentes objetivos, siendo éstos en su mayoría relacionados con la educación, las prácticas religiosas y el ocio. A través de un estudio de caso se analizó el potencial de uso público de la Cachoeira Véu das Noivas, situada en el Parque Estadual del Cunhambebe, municipio de Mangaratiba, estado de Río de Janeiro. Este estudio tuvo como objetivo analizar la percepción del visitante y del gestor sobre el uso público en el Parque, buscando así recoger informaciones que pudieran ser analizadas para la mejora de la visitación en el local. A través del análisis de los datos, comparando la percepción de ambos actores involucrados en el proceso, se concluye que los puntos positivos del atractivo son la belleza exótica y la limpieza del local. En cuanto a los puntos negativos, fueron citados la ausencia de manejo de los senderos y la falta de señalización turística en la región. Por lo tanto, con base en el análisis de indicadores seleccionados, la investigación concluyó que el atractivo tiene potencial turístico para que se desarrollen actividades de uso público en el Parque, sugiriendo no sólo las posibilidades de mejora en la infraestructura de la cascada, sino también la necesidad de inversiones por parte del equipo técnico del Parque Estadual del Cunhambebe.

Palabras-claves: ecoturismo, uso público, unidades de conservación, el Parque Estatal del Cunhambebe

1. Introdução

A atividade turística é definida, por diversos autores, como a possibilidade da realização de práticas de lazer e de recreação pela sociedade. Nesse contexto, Beni (1999) considera-a como uma ferramenta capaz de estimular a vida social de uma determinada região, pela possibilidade de descanso e de desfrute de novos lugares, além da troca de experiência e de valores culturais, o que possibilita o desenvolvimento em diferentes características ou categorias.

No Ministério do Turismo (2006), salienta-se que as atividades turísticas se dividem em 11 categorias principais: turismo cultural, turismo rural, turismo de aventura, ecoturismo, turismo de estudos, turismo náutico, turismo de esportes, turismo de negócios e eventos, turismo de pesca, turismo de sol e praia, turismo de saúde. Entre as atividades citadas, Santos (2014) conceitua o ecoturismo como a possibilidade da realização de atividades de lazer em ambientes naturais, promovendo-se uma consciência em seus praticantes com base no respeito pela natureza.

Tais características denotam que o ecoturismo pode ser praticado em espaços naturais, como as Unidades de Conservação. Kinker (2002) classifica-as como espaços limitados, compostos por grande diversidade biológica, úteis para a junção do ser humano à natureza e para a promoção do bem-estar na sociedade. Com base na tipologia, esses espaços são definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), como Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, sendo esses, respectivamente, as Unidades de Conservação que permitem o uso indireto de recursos com o mínimo de alterações possíveis e o uso direto de parte dos recursos, desde que seja com fins sustentáveis.

Com base nas categorias pertencentes às unidades de proteção integral, no SNUC (2000), define-se que os parques são áreas naturais compostas por beleza exótica, as quais proporcionam diferentes formas para o uso dos espaços. A utilização dos parques, por sua vez, é feita por meio do uso público, o qual é realizado por atividades educacionais, científicas, religiosas e de lazer (PIMENTEL,

2013).

Incluído nessa característica, o Parque Estadual do Cunhambebe apresenta uma área de grande extensão, a qual abrange os municípios de Angra dos Reis, Rio Claro, Mangaratiba e Itaguaí. Composto por 38.000 hectares de área, o parque é destinado à proteção integral, permitindo ações que promovam o contato humano no espaço. Com base na classificação em cumprimento ao art. 11, §1.º — SNUC, Lei Federal n.º 9.985 de 18 de julho de 2000, as áreas internas devem ser desapropriadas, excluindo-se, assim, a possibilidade de uso da terra para fins próprios. Tal desapropriação, muitas vezes, gera conflitos entre os gestores do parque e os possíveis donos de terras. Com o objetivo de evitarem-se possíveis conflitos, é de grande importância que haja a integração da sociedade civil às ações efetivas de manejo da unidade, de modo que o Poder Público ofereça possibilidades de a sociedade expor seus ideais, com base na conscientização e no respeito por parte dos recursos naturais e culturais da região.

Diante do contexto histórico, segundo Edel (2010), o Parque Estadual do Cunhambebe, localizado no sul fluminense do estado do Rio de Janeiro, foi instituído pelo Decreto Estadual n.º 41.358 de 13 de junho de 2008, tendo seu nome escolhido como homenagem ao cacique tupinambá *Tamuya*, que significa “os velhos, os idosos”. O cacique e sua aldeia prezavam pelo cuidado de suas terras e lutavam contra a invasão portuguesa. Numa análise dimensional, a criação do parque é destinada como prioridade na composição do corredor Tinguá/Bocaina, além da elaboração de espaços destinados ao ecoturismo.

Em relação ao setor turístico da unidade, inaugurou-se a sede, situada no Vale do Sahy/Mangaratiba, com estrutura para a recepção de visitantes. Ainda assim, a equipe técnica do parque apresenta limitações para a criação de diretrizes, tais como o plano de manejo, que se encontra em fase final de publicação.

Levando-se em conta essas características e a forma de utilização da área, no presente artigo, objetiva-se discutir o uso turístico da Cachoeira Véu das Noivas — Mangaratiba/RJ, atrativo situado nos limites do Parque Estadual do Cunhambebe, e essa análise é composta da percepção do visitante e da gestão do parque sobre as atividades ecoturísticas desenvolvidas no atrativo, para, assim, serem gerados resultados que auxiliem no processo de planejamento do parque.

Dessa forma, essa pesquisa, do ponto de vista de sua natureza, caracteriza-se como aplicada, já que foi realizada com o uso de formulários (preenchidos pelo entrevistador) visando a gerar conhecimento e sugerir soluções para problemas específicos de determinado local. Ela, por sua vez, foi realizada em 19 de setembro de 2015, quando se aplicaram cem questionários aos visitantes que estiveram na Cachoeira Véu das Noivas, num total de, aproximadamente, 160 visitantes, e essa é uma estimativa citada pelo guarda do parque e pelo pesquisador.

2. Marco teórico: o turismo, o uso público e a realidade nos parques

2.1 Turismo

Com base nas distintas definições atribuídas por Sampaio (2005), a atividade turística é vista por meio de diferentes aspectos. Abaixo, seguem as principais classificações para a compreensão do fenômeno turístico:

- *Turismo como fenômeno histórico*: os ciclos da civilização humana eram mantidos por meio de comunidades domésticas, as quais eram caracterizadas pela permanência da cultura em determinado local. Pela necessidade do intercâmbio social, as comunidades transitavam umas entre outras, servindo cada uma delas como ponto receptor de outros povos. Desse ponto de vista, o turismo é considerado como uma atividade capaz de possibilitar o deslocamento entre as comunidades, sendo elas um ponto específico para o alojamento dos viajantes.

- *Turismo como fenômeno econômico-administrativo*: a atividade turística, por meio desse ponto de vista, é analisada como ferramenta capaz de criar um ciclo econômico na comunidade envolvida, de modo que a população local seja protagonista na atividade comercial e beneficie-se com o processo de produção dos recursos locais, para que sejam autônomos quanto aos lucros e ao desenvolvimento da infraestrutura comunitária.

- *Turismo como fenômeno ambiental*: o turismo é analisado por meio das relações socioambientais, de modo que se reflète nas ações dos turistas em comunidades. A atividade, assim, preza pela formação de uma ação que envolva a oferta de bens e serviços de forma sustentável, repensando-se num desenvolvimento turístico/comercial que minimize os impactos no meio ambiente.

- *Turismo como fenômeno humano*: além da ação humana que envolve a transição, ou seja, o deslocar-se e o permanecer, o turismo, por meio de uma caracterização social, é visto como atividade capaz de valorizar a cultura local, de modo que valores, saberes e diferentes formas de vida sejam cultivados pela comunidade local e pelos turistas, sendo os visitantes um instrumento importante para cultivar o legado histórico das comunidades locais.

Com base numa abrangência regional, o turismo é visto como uma atividade holística, capaz de influenciar os diferentes setores inseridos em um determinado local. Tal ideia é vista por meio do conceito estabelecido por Beni (1999):

O Turismo é um elemento importante na vida social e econômica da comunidade regional. Reflete as aspirações legítimas das pessoas no sentido de se desfrutar novos

lugares, assimilar culturas diferentes, beneficiar de atividades ou descansar longe do local habitual de residência ou de trabalho. É também importante valor econômico de muitas áreas e cidades e tem contribuição especial na coesão econômica e social das regiões periféricas. O turismo representa bom exemplo da relação fundamental existente entre o desenvolvimento econômico e o ambiente, com todos os benefícios, tensões e conflitos potenciais associados (p.13).

Conforme o autor citado, Oliveira (2005) também aponta a atividade turística como uma ferramenta que interliga os diversos setores de uma determinada região, motivo pelo qual movimenta a economia local. Com base num conceito turístico regional, Oliveira (2005) aponta:

O desenvolvimento turístico possui um potencial que deve ser explorado, desde que seu processo de implantação, execução e gestão ocorram dentro de um modelo que respeite o seu limite, as características locais, e que seja acompanhado por um processo de educação ambiental que viabilize a sua operação, garantindo assim a manutenção de sua atratividade, a melhoria da qualidade de vida da população e a conservação de seu patrimônio natural. Certamente, estes são passos decisivos para que o turismo possa atingir um estágio de desenvolvimento que viabilize a prática de um modelo turístico baseado na sua sustentabilidade econômica, ecológica e social [sic] (p. 36).

No que se refere às segmentações da atividade, no Ministério do Turismo (2006), definem-se as principais modalidades da atividade turística, sendo elas turismo cultural, ecoturismo, turismo de estudos e intercâmbio, turismo rural, turismo náutico, turismo de esportes, turismo de aventura, turismo de negócios e eventos, turismo de pesca, turismo de sol e praia e turismo de saúde.

2.2 Ecoturismo

Entre as segmentações listadas acima, faz-se necessária a definição da atividade de ecoturismo por tratar-se do tema de discussão deste trabalho. No que se refere a sua origem, de um ponto de vista universal, Fennell (2002) relata que o ecoturismo foi iniciado antes de 1980 por pessoas que buscavam o bem-estar com a natureza. Assim, a atividade tem seus princípios baseados na prática do lazer em ambientes naturais, associada à valorização da qualidade de vida e do prazer obtidos nesses espaços. Fennell também relata que grande parte das motivações de viagem foi iniciada por turistas que tinham interesse em conhecer a vida africana. Independente do termo ecoturismo, que é utilizado para sua classificação, há relatos históricos de pessoas que viajavam com o objetivo de apreciar a natureza. Nash (1982) descreve essa prática:

Alexis de Tocqueville resolveu ver a vida selvagem durante sua viagem aos Estados Unidos, em 1831, e, em julho, no território de Michigan, o jovem francês se encontrou finalmente nos limites da civilização. Mas, quando informou aos homens da fronteira

que desejava viajar por prazer para ver a floresta primitiva, acharam que estivesse louco. Os americanos precisaram de muita persuasão por parte de Tocqueville para que este os convencesse de que seu interesse se limitava somente à exploração florestal ou à especulação fundiária (p. 23).

Quanto às classificações dadas por Goodwin (1996), existem algumas distinções sobre a definição do conceito de turismo na natureza e de ecoturismo. O turismo na natureza é uma atividade genérica, ou seja, que possibilita a prática do lazer sem um prévio planejamento, dando possibilidades para sua prática em áreas livres, compostas de paisagens ou de simples *habitats*. Já a atividade de ecoturismo, é diferente do turismo na natureza, por tratar-se de uma atividade que busca minimizar os impactos, preza pela valorização dos recursos naturais e culturais no espaço, promovendo fonte de renda para a população local por meio do uso público.

Com base no conceito, Fennell (2002) define:

O ecoturismo é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que facilita principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais e deve contribuir para a conservação ou preservação delas (p. 52-53).

Por meio da metodologia aplicada à realização das atividades, o ecoturismo é composto por diferentes modalidades de lazer, as quais abarcam diversas formas de uso do espaço com fins recreativos, segundo Moraes e Irving (2013):

A noção de ecoturismo, em sua origem, teve como inspiração o processo das viagens dirigidas ao ambiente natural preservado, sendo, progressivamente, resignificada como uma possibilidade de uso sustentável dos recursos naturais renováveis, através de uma nova concepção de turismo (p. 741).

Com base nas segmentações das atividades de lazer, no que tange a suas classificações, é importante salientar a aplicabilidade das atividades turísticas nos espaços. No Ministério do Turismo (2002, p. 22-24), definem-se as principais atividades do ecoturismo:

a) *Observação* — exame minucioso de aspectos e características da fauna, flora, formações rochosas e outros, que exigem técnicas de interpretação ambiental, guias e condutores especializados, equipamentos e vestuário adequados. Tal prática abrange a observação de fauna, de flora e de formações geológicas.

b) *Contemplação* — apreciação de flora, fauna, paisagens e espetáculos naturais extraordinários, como as Cataratas do Iguaçu, os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba, a Floresta

Amazônica, entre outros. As atividades relacionadas são mergulho, caminhadas, safáris fotográficos e trilhas interpretativas.

2.3 Unidades de Conservação

No que se refere aos espaços utilizados para a realização do ecoturismo, as Unidades de Conservação são ecossistemas que possibilitam o contato humano com a natureza. Oliveira (2005) afirma: “A finalidade principal das Unidades de Conservação é a manutenção de seus atributos ecológicos, preservando as riquezas naturais de uma determinada região ou ecossistema (p. 40).” Com base nas definições, o SNUC — Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000 — foi criado com o objetivo de estabelecer normas para gerir os espaços, a fim de criarem-se estratégias para a conservação dos ecossistemas. Com base nas informações contidas no SNUC, as Unidades de Conservação são classificadas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL 2000, p.13).

Ainda no que condiz com as definições estabelecidas pelo SNUC, classificam-se, como os principais objetivos das Unidades de Conservação, a contribuição para a manutenção da diversidade biológica, a proteção das espécies ameaçadas de extinção em nível nacional, a contribuição para a conservação dos ecossistemas, a conservação da beleza exótica contida nos recursos naturais, a promoção dos incentivos para a pesquisa, a criação dos incentivos para a educação ambiental e as atividades de lazer, e a proteção dos valores culturais contidos no espaço. O SNUC ainda aponta que, para a gestão das ações aplicadas nas unidades, faz-se necessária a criação de um Plano de Manejo, classificado como:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL 2000, p.17).

Com base na relação inicial com as UCs, foram nomeados eixos fundamentais que compõem as diretrizes formadas pelo SNUC. Tais formulações organizam o manejo das áreas e os diferentes tipos de uso, como a Proteção Integral e o Uso Sustentável. Segundo o SNUC (2000, p. 21), “o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta lei”. Entre as categorias pertencentes às Unidades de Proteção Integral, a categoria parque nacional/estadual, objeto de estudo deste trabalho, objetiva a preservação dos recursos naturais do local, permitindo a presença de visitantes na unidade

para fins relacionados com pesquisa, interpretação do ambiente e lazer.

Pimentel (2013) ainda classifica os parques como uma área de relevante interesse ecológico que apresenta, além do objetivo que se enquadra na proteção dos recursos naturais, promoção de atividade turística e contato da sociedade civil com esses espaços. Ainda assim, de acordo com o SNUC, o artigo 11 e o parágrafo 4,^o da Lei afirmam:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. [...] § 4.^o — As unidades dessa categoria, quando criadas pelo estado ou município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL 2000. p. 23).

Foi criada, também, uma série de normas que promovem a gestão integrada e padronizada das áreas protegidas para permitir a visitação, minimizando impactos negativos.

2.4 Uso público

Na temática associada aos parques, tais espaços são destinados à visitação como áreas protegidas, ligados à natureza recreativa, educativa, científica ou religiosa (PIMENTEL, 2013). Com base no contato humano nos espaços, os parques têm como intenção estabelecer, de maneira prioritária, o uso público, que se caracteriza como o processo de visitação nos espaços destinados ao ecoturismo. Para que as ações de visitação sejam manejadas conforme as diretrizes estabelecidas pelo SNUC, é necessária a implementação de políticas públicas que abarquem o incentivo à pesquisa para fins científicos, no qual se desenvolvam estudos que fomentem a prática de atividades turísticas por meio do respeito aos recursos naturais e à cultura local (PIMENTEL, 2013).

O uso público, termo usado para a classificação em questão, é a atividade que promove o contato humano nos ecossistemas, de maneira que a sociedade utilize diretamente ou indiretamente os recursos naturais existentes no interior desses espaços, sendo o uso público visto como uma atividade com base nas diversas formas de manejo, como o uso dos espaços para fins científicos, religiosos, recreativos, entre outros (PIMENTEL, 2013). O SNUC rege determinadas áreas com base em seus processos primários, de acordo com as necessidades básicas de cada unidade, que permitam, assim, viabilizar objetivos a serem manejados.

Com base nas ações estabelecidas nas unidades, são envolvidos, por meio do uso público, três atores que têm participação direta no processo de visitação dos parques: gestores, turistas e prestadores de serviços (VALLEJO, 2013).

Os gestores, categorizados como públicos ou privados, são responsáveis por realizar o plano de manejo e dar o apoio administrativo necessário para as intervenções no parque, relacionadas com promoção do lazer nas unidades, fiscalização/monitoramento referente aos impactos causados por trilhas, segurança dos visitantes e desenvolvimento de planos que assistam à área, no âmbito financeiro e operacional. Os visitantes são vistos como os consumidores dos atrativos. Por meio dos diferentes perfis atribuídos aos visitantes, os gestores são responsáveis por oferecer um serviço que atenda aos diferentes gostos e necessidades, de modo que sejam motivados por razões distintas. Segundo Junior (2006, p. 49), as atribuições variam de acordo com o interesse ou a motivação de cada usuário, sendo elas classificadas conforme as categorias listadas abaixo:

- I. *Uso Público Recreativo*: quando os visitantes praticam a recreação (esportes, diversão e cultura) durante o tempo livre (lazer).
- II. *Uso Público Comercial*: exploração realizada por meio de empresas e guias de turismo e ecoturismo, meios de hospedagem, alimentação e venda de produtos.
- III. *Uso Público Científico*: pesquisadores em trabalhos de investigação científica em diversos campos do conhecimento (ciências da natureza, geociências, ciências sociais).
- IV. *Uso Público Educacional*: programas e atividades de educação e interpretação ambiental, viagens acadêmicas, treinamentos (sobrevivência, montanhismo, etc.).
- V. *Uso Público de Desenvolvimento Pessoal*: Programas que utilizam a natureza e a aventura no desenvolvimento de valores de autoconfiança, trabalhos em grupo, comunicação e liderança. Incluem-se, nessa classe, as atividades de desenvolvimento espiritual e religioso.

2.5 Setores de uso público no parque

Para caracterização das áreas que abarcam o uso público no Parque Estadual Cunhambebe, utilizaram-se, como referencial, os Estudos Técnicos para Criação de UCs, realizados pelo Instituto Terra (2008) em parceria com o Instituto Estadual de Florestas. Com base nas segmentações dos setores turísticos, eles foram divididos em 11 setores:

- *Setor Turístico Serra do Piloto*

Situado na APA de Mangaratiba, abrange parte da região de Rio Claro, a qual faz divisa com os limites propostos para o parque. A região ficou conhecida pela antiga Estrada Imperial. Essa rota era utilizada para escoamento de mercadorias, como café e escravos, os quais eram vistos como objeto para fins comerciais. Nessa região, são encontrados como atrativo a Cachoeira dos Escravos, a Cachoeira do Rubião, a Cachoeira da Bengala, as Ruínas do Antigo Teatro — citadas como um teatro frequentado por barões do café —, o Bebedouro da Barreira — utilizado como fonte de água para animais que trafegavam

pela estrada —, antigas pontes da Estrada Imperial — construídas pelos escravos — e a Igreja de São João Marcos.

- *Setor Turístico Serra de Muriqui — Serra de Itacuruçá*

Situado em Mangaratiba, tem como destaque a formação de cachoeiras que drenam a baía de Sepetiba. O local é frequentado por grande parte da população local e tem como destaque a facilidade no acesso às cachoeiras. Os principais atrativos do setor são a Cachoeira Véu das Noivas, localizada em Muriqui, além de trilhas, realizadas por meio de caminhadas simples e de curta duração, a Cachoeira do Itingussu, localizada em Itacuruçá, utilizada, especialmente, para cultos religiosos e acessada no quilômetro 25 da rodovia Rio/Santos.

- *Setor Turístico Vale do Sahy*

Localizado no Vale do Sahy, em Mangaratiba, destaca-se para o Turismo de Aventura. Os atrativos, com destaque na região, são a Pedra da Conquista — um morro de, aproximadamente, quatrocentos metros de altura, utilizado para escaladas, a Rota dos Escravos, utilizada para trilhas com extensão de dois quilômetros, além de rios que são utilizados para a prática do *rafting*.

- *Setor Turístico Ribeirão das Lajes*

Entre a região da Serra do Piloto, contraposto à região de Mangaratiba e Rio Claro. Localizado no município de Rio Claro, seu principal atrativo é o Sítio Arqueológico das Ruínas de São João Marcos e é utilizado para a prática da canoagem e *rafting*.

- *Setor Turístico do Vale do Rio do Saco*

Composto por diferentes paisagens, destaca-se pela Cachoeirinha, a qual é utilizada para a prática do lazer ou para fins relacionados com pesquisa científica. Há, no setor, alguns paredões que permitem a realização de escaladas, além de cachoeiras e trilhas que ligam a região de Mangaratiba a Rio Claro pela Serra do Piloto.

- *Setor Turístico Serra das Três Orelhas*

Conhecido pela formação de rios e cachoeiras, pontos que atraem turistas e moradores locais. Como destaque, há o Pico das Três Orelhas, que oferece aos visitantes a oportunidade de realizar rapel e caminhadas pelo local. Com base na facilidade de acesso, a Cachoeira do Ingaíba é reconhecida pela formação de piscinas naturais e por caminhadas de nível moderado.

- *Setor Turístico Serra de Jacareí*

Localizado em Mangaratiba, engloba o distrito de Conceição de Jacareí e é famoso pela queda d'água do Rio Jacareí. Além disso, seus rios são utilizados para a prática de esportes aquáticos, formando piscinas rasas e propícias para crianças. O setor também é composto pela trilha Poço Encantado, com

extensão de 3km, classificada como de nível moderado.

- *Setor Turístico Jacuecanga*

Localizado no município de Angra, o acesso é feito através da Rodovia Rio/Santos. Destaca-se pelas quedas-d'água e pelos paredões para escaladas, como o Morro da Boa Vista. Também é caracterizado pela formação de rios e de trilhas, tais como a Cachoeira do Espelho, cujo nome lembra o efeito dos raios de sol nas águas. O acesso é feito em, aproximadamente, duas horas e meia, por meio de trilha.

- *Setor Turístico Serra Major Bernardes*

Caracterizado pela formação de montanhas e paisagens serranas. Destaca-se pela diversidade do acervo natural que promove o uso público no local, especificamente, o turismo de aventura, por causa de cachoeiras, formação de piscinas, paredões e presença de grande biodiversidade. A trilha Banqueta Jussaral é buscada para a prática de trilhas. Usa-se, como caminho, a estrada de ferro que ligava Angra à Barra Mansa.

- *Setor Turístico Serra do Sinfrônio*

Situa-se na divisa entre o município de Angra e Rio Claro. Destaca-se pelo Pico do Sinfrônio, o qual permite a realização de trilhas, escaladas e rapel. O atrativo com maior índice de visitação é a trilha de Banqueta/Estação de Jussaral, a qual oferece quedas-d'água e formação de piscinas naturais.

- *Setor Turístico Bacia do Ariró*

Conhecido pela mata e pelo relevo acidentado. Devido às áreas altas, o local não é tão indicado para a realização de atividades de lazer, porém seu potencial é voltado para o uso público científico. Na região da serra, encontram-se algumas cachoeiras, utilizadas por turistas, porém os atrativos não se encontram nos limites propostos para a criação do parque.

3. Metodologia

Aplicação de pesquisa quantitativa de caráter exploratório à luz da Estatística Descritiva. Utilizou-se como instrumento a aplicação de questionários abertos por meio de amostras não probabilísticas acidentais com os visitantes; e amostras casuais estratificadas com a gestão do parque. O método de observação foi sistemático, pois se constituiu pelo planejamento da atividade de forma controlada, para chegar-se a resultados específicos sobre cada indicador.

Dessa forma, a pesquisa, do ponto de vista de sua natureza, caracteriza-se como aplicada, já que foi realizada por meio de formulários (preenchidos pelo entrevistador) visando a gerar conhecimento e sugerir soluções para problemas específicos de determinado local. Foi realizada em 19 de setembro de 2015, quando se aplicaram cem questionários aos visitantes que estiveram na Cachoeira Véu das Noivas,

num total de aproximadamente 160 visitantes, conforme estimativa citada pelo guarda do parque e pelo pesquisador.

A coleta de dados foi realizada do período da manhã até o final da tarde, a fim de, assim, coletar um número de questionários consideráveis para dar precisão na análise dos dados. A amostra caracteriza-se como não probabilística e acidental, ou seja, abordaram-se pessoas que apareceram ao acaso no atrativo. As perguntas foram constituídas de modo padronizado, pois seguiram um roteiro preestabelecido, de formas abertas, fechadas e de múltiplas escolhas, respectivamente, perguntas que demonstrassem a opinião do informante, questões em que se permitisse responder “sim” ou “não”, e perguntas fechadas com várias possibilidades de respostas. Na entrevista com a gestão, para a obtenção de informações, foi adotado um roteiro padronizado, ou seja, previamente estabelecido.

4. Resultados: Análise de campo — Cachoeira Véu das Noivas e a percepção do visitante no atrativo

Segundo o Instituto Terra (2008, p. 313), a Cachoeira Véu das Noivas está localizada no município de Mangaratiba e é um atrativo com forte potencial para o uso público, com destaque para os períodos de alta temporada e dias com temperaturas elevadas.

Com base no estudo de campo realizado na região, observou-se que a cachoeira é um atrativo composto por três principais pontos, todos eles compostos por quedas-d’água e formação de piscinas naturais. A seguir, segue imagem ilustrativa da cachoeira:

Figura 1. Cachoeira Véu das Noivas



Fonte: SANTOS, Hugo, 2015.

Com base no projeto de pesquisa realizado por Oliveira (2005), foram utilizados os seguintes parâmetros para avaliarem-se os indicadores referentes ao atrativo:

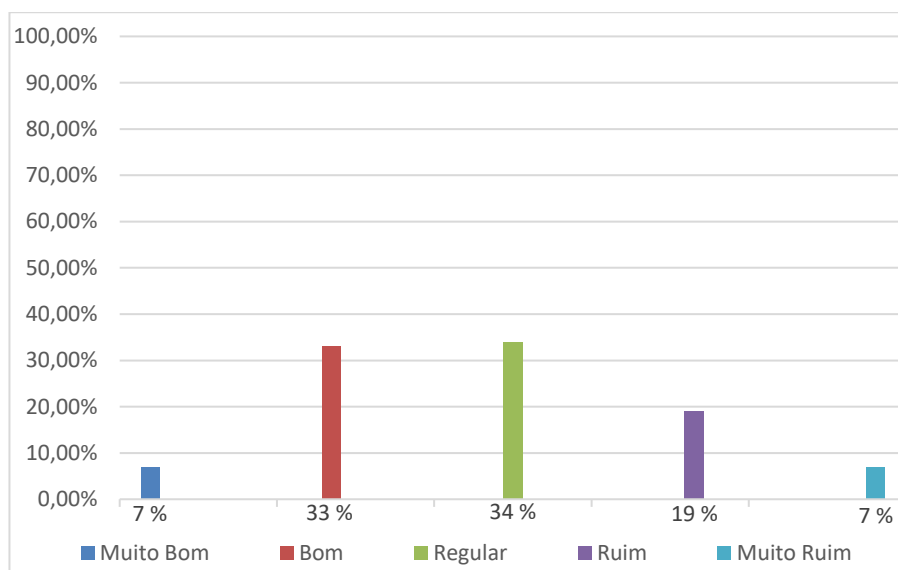
Tabela 1. Score e parâmetros para classificação dos indicadores

Muito bom	Bom	Regular	Insatisfatório	Plenamente insatisfatório
Indicador satisfatório para a promoção do uso público na cachoeira	Indicador que necessita de ajustes básicos para um aperfeiçoamento no processo de uso público	Indicador que necessita de ajustes consideráveis para a promoção do uso público no espaço	Indicador que mostra uma grande deficiência em determinada estrutura e compromete o processo de uso público no setor	Indicador que não apresenta os requisitos mínimos e necessários para a promoção da atividade de uso público no atrativo

Fonte: Adaptado de Oliveira (2005).

A seguir, apresenta-se a análise dos questionários com base nos dados coletados durante o processo de visitação:

Gráfico 1. Infraestrutura do atrativo

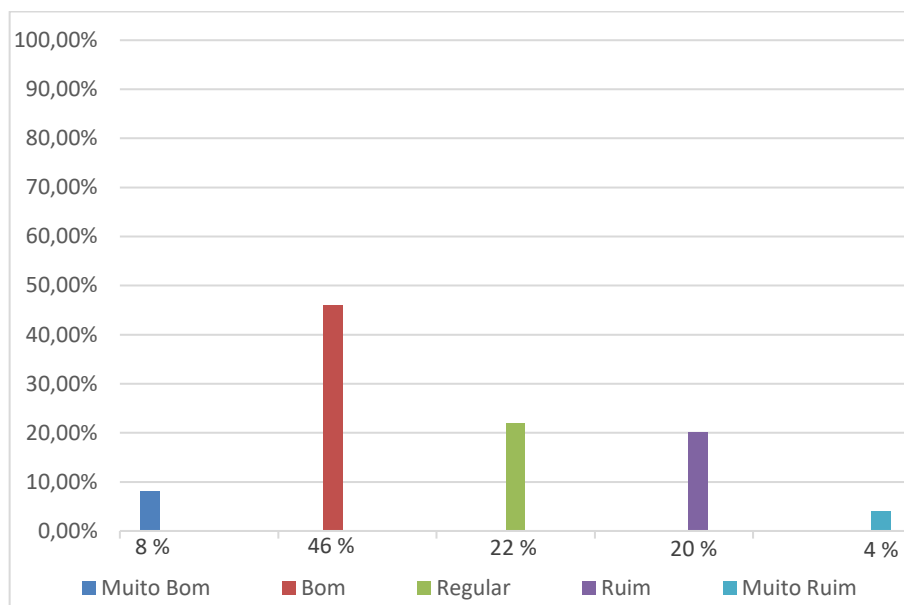


Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No que se refere à infraestrutura do atrativo, a opinião dos visitantes aproxima-se dos *scores* “bom” e “regular”, num total de 67%. Quanto à disposição do local, alguns entrevistados citaram, como exemplo, questões relacionadas com a organização, tais como lixeiras, limpeza e sinalização de um modo geral. Porém se viu que a organização do atrativo apresenta limitações que se destacam no quesito

“lixeriras” e “sinalização”, elementos ausentes e que comprometem o processo de uso público na cachoeira.

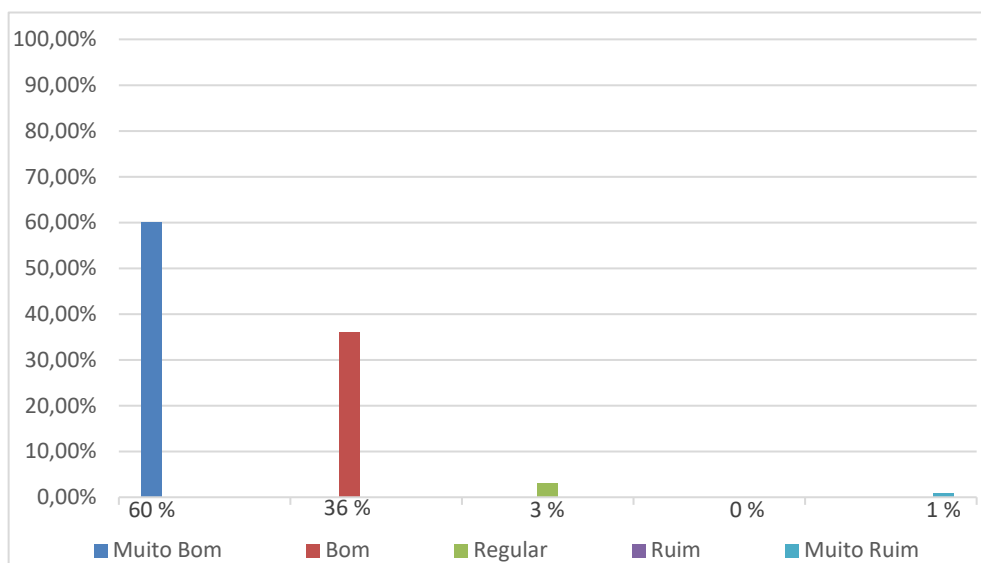
Gráfico 2. Sensação de segurança



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Segundo o gráfico, o indicador “segurança” é citado, por 46% do total, como “Bom”. Esse *score* aproxima-se da porcentagem dos resultados “regular” e “ruim”, num somatório que corresponde a 42% do total. Por meio de informações obtidas com os entrevistados, conclui-se que parte dos visitantes se sente segura devido às condições físicas do atrativo, visto que a cachoeira é formada por piscinas rasas e apresenta uma forte concentração de pessoas no local, não permitindo que o atrativo fique deserto. O restante dos visitantes que opinaram como “regular” e “ruim” citou a ausência de funcionários no local para realizar o monitoramento e a segurança do atrativo, além de problemas relacionados com o tráfego, visto que o atrativo chegou a servir de esconderijo para a ocupação e a ação de traficantes. Assim, são necessários alguns ajustes para a adequação desse indicador, visto que parte dos visitantes ainda se sente insegura para usufruir do local.

Gráfico 3. Grau de satisfação ao visitar o atrativo



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Conforme a classificação dada, no que tange ao indicador de satisfação, a maioria dos visitantes sente-se plenamente satisfeita por estar em contato com a cachoeira, de modo que o atrativo atende às necessidades de grande parte do público que visita o local com fins específicos. Ressalte-se que, ao somarem-se as respostas “muito bom” e “bom”, atinge-se um percentual de 96%, o que torna o indicativo um fator de grande importância para a gestão do local.

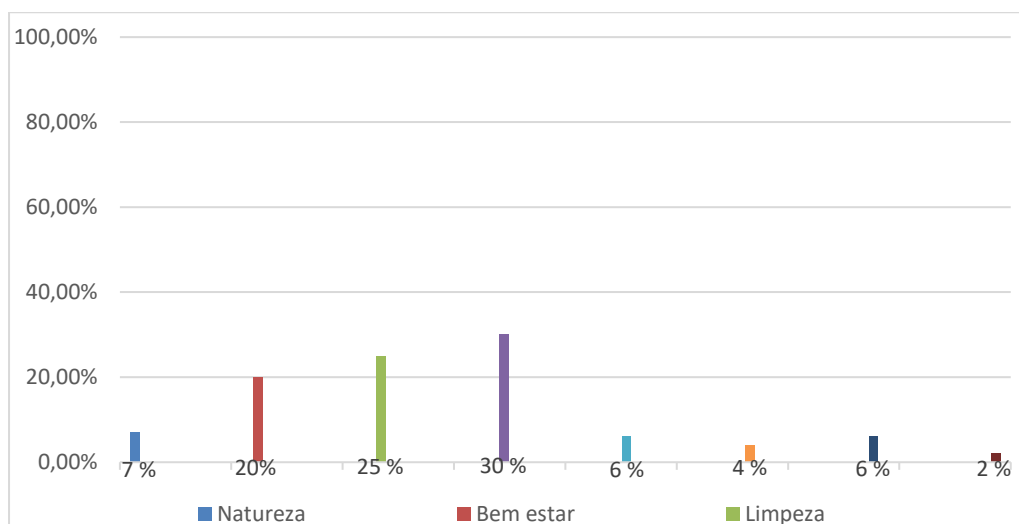
Baseado nos *scores* obtidos, relacionados com a divulgação da cachoeira, observa-se que dos cem entrevistados, 85 conheceram a cachoeira por meio de pessoas que indicaram o atrativo, tendo esse *score* o maior percentual como forma de divulgação. Com base em jornais, revistas e tv, é interessante que a gestão do parque compreenda a necessidade de divulgação do atrativo por outras vias de informação, as quais ampliem as possibilidades de conhecimento da cachoeira.

Com base na quantidade de pessoas que prezam pela manutenção do atrativo, dos cem entrevistados, 97 veem o local como um bem de uso público, que necessita de cuidados para sua conservação e para o bem-estar dos usuários. Assim, conclui-se que os visitantes entrevistados estão sensibilizados sobre a responsabilidade com a natureza, de maneira que podem ser vistos como fator importante para a proteção e manutenção dos recursos naturais. Apenas três entrevistados não demonstraram interesse pelo local.

Quanto ao número de pessoas que voltariam à cachoeira, dos cem entrevistados, 99 demonstraram satisfação e interesse em retornar ao atrativo. Percebe-se, de uma maneira geral, que os

visitantes encontram na cachoeira as condições básicas para visitar o local, visto que as necessidades são atendidas durante o processo de visitação ao espaço. Entre o total de usuários, uma pessoa não se identificou com as características naturais e não se interessou em retornar ao local.

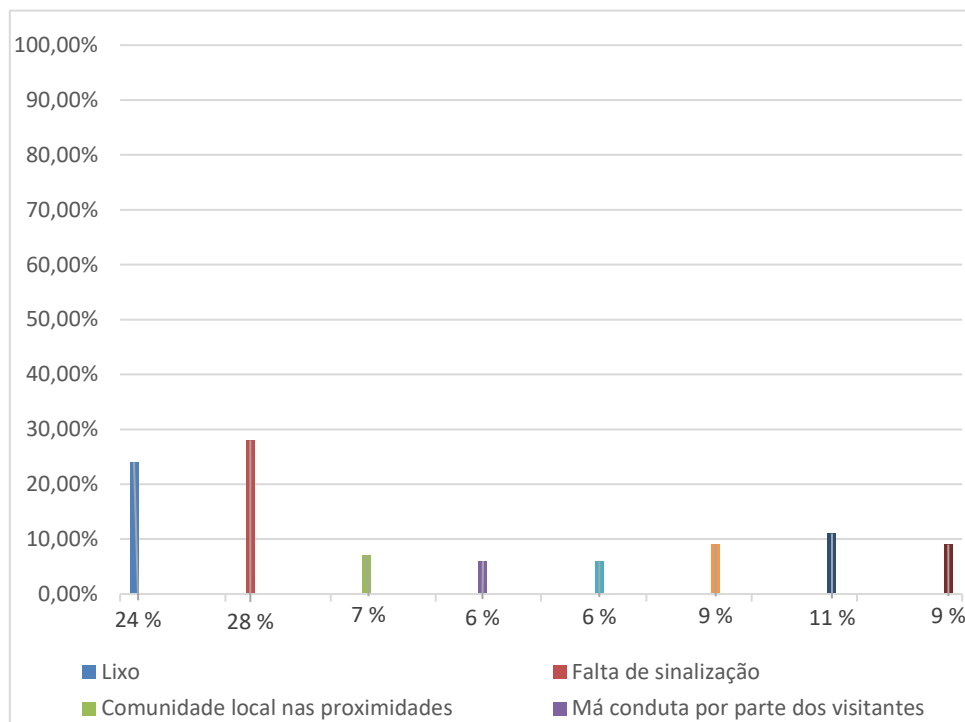
Gráfico 4. Pontos positivos citados pelos visitantes



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Com base nos pontos positivos citados pelos entrevistados, o quesito beleza foi mencionado pela grande maioria como um dos fatores responsáveis pela promoção do uso público na cachoeira. Outros pontos de maior relevância foram citados pelos visitantes, tais como a limpeza das águas e a procura pelo bem-estar e pela qualidade de vida em ambientes naturais. De modo geral, tais aspectos de maior relevância representam 75% do total e demonstram uma satisfação por parte dos visitantes no que diz respeito à beleza natural do atrativo e às condições de limpeza das águas, de modo que influenciam no bem-estar dos envolvidos no processo de visitação. Assim, tais respostas são vistas como possíveis indicadores para a promoção do uso público no atrativo.

Gráfico 5. Pontos negativos citados pelos visitantes



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Entre os principais pontos negativos citados pelos visitantes, percebe-se uma forte concentração no quesito que corresponde à falta de sinalização do atrativo e às más condições de limpeza do local, principalmente nas trilhas. Representando 52% do total, as respostas relacionadas com a falta de sinalização e a limpeza do atrativo são fatores que afetam o processo de visitação à cachoeira, de modo que devem ser avaliados quanto à melhoria.

3.1 A percepção da gestão do parque

Com base na entrevista aplicada à gestão da unidade e no que se refere à existência de programas que promovam o uso público no parque, houve uma iniciativa de elaborar-se um programa de fortalecimento do uso público nas cachoeiras do Itimirim, no Sahy e em Muriqui. Desde 2012, vem sendo implantado, em todas as UCs estaduais de proteção integral, o projeto de fortalecimento da visitação e do uso público, com base no Decreto n.º 42.483/10. Segundo o INEA — Instituto Estadual do Ambiente:

O objetivo é incrementar a visitação segura e de qualidade nos parques estaduais do Rio de Janeiro, desenvolvendo estratégias que promovam essas unidades de

conservação como destinos turísticos e indutores de desenvolvimento local. Essa iniciativa por parte do Parque Estadual Cunhambebe, criada em 2012, era baseada na contagem do número de visitantes no atrativo e na análise do perfil de visitação na cachoeira. (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2012).

Essa iniciativa, criada em 2012, era baseada na contagem do número de visitantes e na análise do perfil dos visitantes aos atrativos. Em decorrência de situações que envolviam o tráfico de drogas, a cachoeira tornou-se ponto de refúgio entre os traficantes da região de Muriqui. Tal situação comprometeu não só o projeto que se iniciou e impedia o acesso de guardas-parques ao atrativo, mas também afastou os visitantes do local por questões relacionadas com a segurança. O projeto difundiu-se por outros atrativos devido à facilidade no acesso, tais como a Cachoeira do Itimirim, o Vale do Sahy e a Cachoeira do Itingussu. Atualmente, depois de solucionadas as questões relacionadas com o tráfico no atrativo, o projeto de uso público tende a fortalecer-se nos próximos meses, na região de Muriqui.

No que se refere à disponibilidade de placas e sinalizações nas trilhas, a gestão do parque relatou que são inexistentes no atrativo. Isso se deve ao fato de que, nos últimos anos, a equipe técnica ficou impedida de realizar ações de manejo nas trilhas devido à questão do tráfico que se instaurou no local. Atualmente, há uma parceria com o secretário de turismo de Muriqui e com o INEA, com o objetivo de promover-se o ordenamento no processo de visitação, visando à criação de placas apropriadas para serem dispostas em meio às trilhas.

Quanto à limpeza da cachoeira e à manutenção, no que se refere à infraestrutura e à sinalização de uma maneira geral, a equipe do parque não dispõe de ações imediatas que visem a tais atividades no atrativo. Dessa forma, são necessárias ações que envolvam o ordenamento local, baseado na formação de uma infraestrutura composta de sinalizações nas trilhas e de ações de limpeza e monitoramento no atrativo.

Quanto às questões relacionadas com o processo de segurança no atrativo, a visitação na cachoeira foi comprometida, devido à ação de traficantes no local, os quais usaram a cachoeira como ponto de esconderijo, nos últimos anos. Segundo a gestão da unidade, a equipe técnica ficou impedida de tomar as devidas providências para a solução, visto que o processo de segurança é de responsabilidade de órgãos públicos que atuam na região de Muriqui. Há, também, questões relacionadas com a formação de comunidades no entorno da cachoeira, de modo que essa ação afugenta os visitantes de usufruírem do local. No momento, é necessária a realização de parcerias que envolvam ações locais por parte do município, para que se possa intervir no processo de segurança do atrativo.

Como ponto positivo que agrega valor ao processo de visitação, foi citada a beleza do atrativo, visto que o cenário proporciona bem-estar, qualidade de vida e satisfação para todos que frequentam o local. Sobre os pontos negativos, foi informado pela gestão do parque as questões relacionadas com a

segurança, já que as ações do tráfico na cachoeira e a instalação de comunidades afastam o visitante do local.

No que se refere ao indicador de infraestrutura do atrativo, observa-se que, nos *scores* de maior proporção, opinados pelos visitantes (bom e regular) e comparados com a fala da gestora, que diz não se terem ações firmadas para manutenção do local, compreende-se a necessidade de investimentos na infraestrutura da cachoeira, as quais venham priorizar a distribuição de lixeiras e de sinalizações no local, além da retirada de galhos em meio às águas e a limpeza periódica do atrativo. Há, ainda, a necessidade da disposição de placas que orientem o visitante no percurso para a cachoeira, além do manejo do atrativo no que corresponde à retirada de galhos em meio às trilhas, visto que a ausência de sinalizações e a falta de manutenção impedem os visitantes de percorrerem o espaço. Ainda assim, foi comentado pela gestão da unidade que já estão sendo confeccionadas placas rústicas pelo INEA para dispô-las em pontos estratégicos do atrativo.

Segundo a Prefeitura do Rio (2015), a RIOTUR — Empresa de Turismo do Rio de Janeiro — concluiu o projeto de sinalização para pedestres da região. O projeto de sinalização foi baseado nos modelos adotados em outros países e teve como objetivo ilustrar os trajetos por meio de mapas, a fim de promover-se a facilidade para chegar-se a diversos pontos. Nas sinalizações, foram elaboradas informações sobre pontos turísticos, comércio e serviços que auxiliem os pedestres no trajeto. Com base no projeto elaborado pela RIOTUR, sugere-se que, nas sinalizações aplicadas no atrativo, possam constar informações generalizadas, orientando o visitante em todo o percurso e indicando os pontos de lazer que abrangem a cachoeira, além de informações dos serviços que auxiliem os visitantes no atrativo.

Quanto ao indicador relacionado com a segurança da cachoeira, compreende-se que, nos *scores* que são citados pelos visitantes (regular e ruim) em comparação com a percepção da gestão que classifica o indicador como problemático no atrativo, são necessárias parcerias com a Prefeitura, as quais possam reorganizar o local e prezar pela segurança na cachoeira, visto que, segundo a gestora, a gestão, o ordenamento e o uso do solo são atribuições que dizem respeito ao município. Indica-se, também, a continuidade no processo de articulação de ideias com o secretário de turismo de Mangaratiba, para serem discutidas soluções para as questões relacionadas com a ocupação irregular do atrativo, posto que a formação de comunidades nos arredores da cachoeira podem comprometer a visitação ao local.

Com base numa análise do indicador nos últimos cinco anos, no que se refere à região de Mangaratiba, segundo o *Diário do Vale* (2010), foram projetados planos para a formação de possíveis conselhos comunitários com o objetivo de discutirem-se questões relacionadas com a segurança do município. Segundo o *AngraNews* (2011), houve a implantação do primeiro conselho de segurança de Mangaratiba, composto pela comunidade e por órgãos de segurança local com o objetivo de discutirem-

se ações para a melhoria do indicador na região. Como exemplo, nesse ano, foram adotadas oito novas viaturas para facilitar a operação de segurança no local.

Segundo o *Diário do Vale* (2012), foi criado o primeiro fórum de segurança pública com as autoridades de Mangaratiba, para serem adotadas ações que visem ao fortalecimento da segurança dos bairros do município. Com base nas informações obtidas pela Prefeitura de Mangaratiba (2013), foram firmadas ações entre o município e o estado para a criação de uma infraestrutura de segurança pública para a cidade. Ainda nesse período, segundo Avaaz e o *Diário do Vale* (2013), ocorreram ações entre traficantes que invadiram o bairro de Muriqui e fixaram-se na cachoeira Véu das Noivas. Segundo a UOL (2014), Mangaratiba passou por um esquema de segurança para o recebimento da delegação da Itália, visto que os jogadores deste país se hospedaram em um hotel da região durante o período de jogos no Brasil. A Prefeitura de Mangaratiba (2015) incentivou a criação de novos postos de trabalho para compor os cargos de segurança da região.

Com base nas informações contidas de 2010 a 2015, percebe-se que foram realizados investimentos relacionados com a segurança da região e que houve progresso do indicador no município. Dessa forma, estima-se que, nos próximos cinco anos, o indicador poderá ser visto como um fator de grande importância para a região, refletindo, assim, nas condições de segurança da cachoeira situada no PEC.

Quanto aos pontos positivos do atrativo, ao comparar-se a percepção dos visitantes, que citam a beleza como a característica principal, na percepção da gestão, menciona-se o mesmo item citado pelos visitantes e conclui-se que a beleza da cachoeira é um atributo de destaque do atrativo — quesito considerável para a divulgação da cachoeira e para a satisfação dos visitantes no atrativo, e, conseqüentemente, para o incentivo ao uso público local. Foram citados, ainda, pelos visitantes outros pontos positivos, tais como a limpeza das águas e a procura pela sensação de bem-estar na cachoeira.

Quanto aos pontos negativos do atrativo, comparando-se a percepção do visitante que cita questões relacionadas com a falta de sinalização do atrativo e as más condições de limpeza do local com a percepção da gestão, a qual menciona questões relacionadas com as ações de tráfego e com a ocupação irregular do local, conclui-se que o atrativo tem fatores que comprometem a visitação, visto que, como já mencionado no indicador relacionado com a infraestrutura do local, são necessárias ações que promovam o ordenamento do atrativo em aspectos gerais, além de parcerias com a Prefeitura de Mangaratiba para discutirem-se soluções sobre a ocupação irregular do local.

Figura 2. Exemplos de lixo e pichações encontradas no atrativo



Fonte: SANTOS, Hugo. 2015.

5. Considerações finais

A Cachoeira Véu das Noivas, atrativo situado no Parque Estadual do Cunhambebe, foi escolhida como tema para essa pesquisa pela facilidade de acesso e pelo número de visitantes ao atrativo, quantidade considerada expressiva para realizar-se uma análise do potencial de uso público no setor.

Observaram-se, durante a aplicação de questionários, diferentes motivações por parte dos visitantes ao local, relacionadas com fins religiosos, com a realização de atividades de rapel e com a utilização das cachoeiras para banhos e lazer, de forma geral.

No que se refere à compreensão dos pontos positivos da cachoeira, pode-se inferir que o atrativo apresenta atributos, vistos como potenciais para a promoção do uso público no setor, tais como a acessibilidade para chegar-se à primeira queda-d'água e caminhadas de curta duração entre o atrativo, o que facilita a acessibilidade à cachoeira tanto por crianças, quanto por adultos e idosos, a limpeza das águas, a formação de piscinas rasas nos três pontos de acesso ao atrativo, a satisfação quanto ao prazer e bem-estar ao estar em contato com a beleza exótica que a natureza proporciona, além da consciência, por parte dos visitantes, em prezar pela manutenção dos recursos naturais.

Ainda assim, o atrativo tem algumas características negativas que necessitam de intervenção para a melhoria no processo de visitação à cachoeira, tais como a ausência de manejo nas trilhas, no que se refere à retirada de galhos e folhas entre os pontos de acesso, pois dificulta o percurso do visitante, a infraestrutura relacionada com a falta de sinalização e com lixeiras nas trilhas, a ausência de guardas-parques para efetuar a segurança do atrativo, a ausência de mecanismos com fins publicitários para a promoção do atrativo na sociedade, assim como a limpeza do atrativo, de modo geral.

Percebe-se, ainda, que por meio dos indicadores relacionados com a quantidade de pessoas que voltariam à cachoeira, no item que avalia o grau de satisfação do usuário pelo atrativo, o visitante revela prazer por estar em contato com o local. Dessa forma, observa-se que a cachoeira apresenta uma infraestrutura capaz de atrair os visitantes ao local, de modo que o atrativo necessita de ajustes básicos para a melhoria no processo de visitação.

Durante a aplicação dos questionários aos visitantes e por meio da entrevista aplicada à gestora do parque, é válido destacar-se a necessidade, de forma prioritária, de ordenamento do espaço no que diz respeito às sinalizações e à disposição de lixeiras nas trilhas, elementos básicos e essenciais para a promoção do uso público no setor.

5.Referências

- ANGRANEWS. **Conselho de Segurança de Mangaratiba realiza encontro com autoridades do setor**. Disponível em: <http://angranews.com.br/conselho-de-seguranca-de-mangaratiba-realiza-encontro-com-autoridades-do-setor/>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- BENI, M. C. **Política e estratégia do desenvolvimento regional**: planejamento integrado e sustentável do turismo. São Paulo: Turismo em Análise, 1999.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. Lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto n.º 4.340 de 22 de agosto de 2002. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.
- DIÁRIO DO VALE. **Mangaratiba forma Conselho Comunitário de Segurança Pública**. Disponível em: <http://www.diariodovale.com.br/noticias/0,33350,Mangaratiba-forma-Conselho-Comunitario-de-Seguranca-Publica.html#axzz3wDLsYbGU>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- EDEL, T. **Avaliação socioespacial da territorialização do Parque Estadual do Cunhambebe no município de Rio Claro**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.
- FENNELL, D. A. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: CONTEXTO, 2002.
- GOODWIN, H. **In pursuit of ecotourism**. Biodiversity and conservation, 1996.
- INEA. **Decreto de criação do Parque Estadual do Cunhambebe**. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008597#/Sobreoparque. Acesso em: 2 ago. 2015.
- INSTITUTO TERRA. **Estudo técnico para a criação de UCs**. Disponível em: ://issuu.com/parquesbr/docs/parque_cunhambebe_-_relatorio_final_-_completo. Instituto Estadual de Florestas. Vista da Serra, na porção voltada para o Oceano. Ao fundo se veem as baixadas curtas e as reentrâncias do mar na costa. Acesso em: 15 nov. 2015.
- JUNIOR, O. D. S. **O desenvolvimento do turismo em unidades de conservação**: caracterização do uso público no Parque Estadual da ilha do Mel/PR. Balneário Camboriú: Universidade do Vale do Itajaí, 2006.

- KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do turismo: marcos conceituais**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf . Acesso em: 25 jul. 2015.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de sol e praia: orientações básicas**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf . Acesso em: 24 nov. 2015.
- MORAES, E. A.; IRVING, M.A. **Ecoturismo: encontros e desencontros na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC)**. São Paulo: Revista Brasileira de Ecoturismo, 2013.
- NASH, Roderick. **Wilderness and the American mind**. Yale: Yale Univ. Press, 1982.
- OLIVEIRA, S. **Certificação de atividades turísticas responsáveis em Unidades de Conservação. Estudo de caso: O Parque Estadual Morro do Diabo**. São Paulo: Pontal do Paranapanema, 2005.
- PIMENTEL, D. S. **Parcerias para a gestão do uso público em parques**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.
- PREFEITURA DO RIO. **Riotur conclui primeira fase do projeto de sinalização turística para pedestres**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/exibeconteudo?id=5342580>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SANTOS, H; SANTOS, J; HENRIQUE. **O turismo como agente disseminador da educação em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: UNIGRANRIO, 2014.
- SANTOS, J. **Uso público em parques. Estudo de caso: Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.
- VALLEJO, L. R. **Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.
- WEBVENTUREUOL: **Caminhadas. Exemplos de modalidades do ecoturismo**. Disponível em: http://webventureuol.uol.com.br/multimedia/fotos/2014/20140221_150309-32972-66954_g.jpg. Acesso em: 15 nov. 2015.